

# 8

---

## **Região Centro-Oeste: desafios e perspectivas para o desenvolvimento sustentável**

---

GABRIEL VISCONTI  
MORENA CORREA SANTOS

## RESUMO

*A urbanização e exploração dos recursos naturais de maneira desordenada vêm causando sérios impactos ambientais. O desmatamento desmedido acarreta graves desequilíbrios ambientais. Em que pese observarmos a degradação ambiental causada pelas ações humanas em todos os biomas brasileiros, detivemos aqui a analisar, brevemente, a situação da Região Centro-Oeste, onde convivem importantes áreas ambientais a serem tuteladas e a agropecuária em constante expansão. Esse antagonismo existente entre a prática da agropecuária, atividade que, historicamente, é grande responsável pela degradação ambiental, e a necessidade de restaurarmos e preservarmos nossas florestas, em verdade, é passível de solução, senão ótima, bastante razoável. A partir da implementação de práticas que visem ao desenvolvimento sustentável, podemos alcançar um ponto de equilíbrio entre a imperiosa necessidade de desenvolvimento e progresso econômico e a preservação da natureza, assegurando, assim, um futuro melhor e mais justo para as presentes e futuras gerações.*

## ABSTRACT

*Urbanization and exploring natural resources in a disorderly manner are causing serious environmental impacts. Unfettered deforestation causes serious environmental imbalances. While examining environmental degradation caused by human activities in all Brazilian biomes, we briefly analyze the situation in the Central-West Region, where important environmental areas require protection and agriculture is in constant expansion. This gap that exists between practicing agriculture, an activity that, historically, is largely responsible for environmental degradation, and the need to restore and preserve our forests, in fact, is solvable, if not in an ideal fashion, in a quite reasonable way. By implementing practices aimed at sustainable development, we can achieve a balance between the imperative need for development and economic progress, and the preservation of nature, thus, ensuring a fairer and better future for current and future generations.*

## INTRODUÇÃO

A Região Centro-Oeste, desde seu estabelecimento na primeira metade do século passado, experimentou uma ocupação que favoreceu a formação de uma estrutura fundiária bastante concentrada e cuja economia, passado o período inicial em que a mineração foi a principal atividade econômica em algumas de suas áreas, baseou-se, principalmente, na pecuária e na agricultura.

A evolução populacional acentuou-se nos últimos sessenta anos, fruto tanto do fluxo migratório, atraído pela construção e o deslocamento da capital federal para Brasília pelos investimentos de programas e projetos governamentais que resultaram na construção de rodovias, políticas de terras públicas e de desenvolvimento regional, como da própria taxa natural de crescimento.

Observam-se padrões diferenciados na ocupação das diferentes áreas da Região Centro-Oeste, provocados por empreendimentos voltados para a lavoura de grãos e para a pecuária com aplicação de alta tecnologia e pela proximidade com a Região Sudeste. As áreas mais ao sul do Centro-Oeste têm uma ocupação mais antiga, possuindo, em geral, melhor infraestrutura, economia mais integrada ao mercado e menor disponibilidade de recursos naturais. Já as áreas mais ao norte são carentes de infraestrutura, dotadas de menor dinamismo econômico e de maior oferta de recursos naturais.

A forma como ocorreram sua ocupação e sua base econômica trouxe, juntamente com o desenvolvimento da região, sérios problemas ambientais, que, diante do atual cenário de mudanças climáticas no mundo, impõem grandes desafios ao poder público e à sociedade.

### Região Centro-Oeste e seus biomas

Inserida nos biomas Pantanal, Cerrado e Amazônia, a Região Centro-Oeste merece especial atenção em face da necessidade

de preservação ambiental de tais biomas e do constante estímulo ao desenvolvimento econômico, lastreado em sua principal atividade, qual seja, a agropecuária.

Para se ter uma noção da dimensão do desafio, estudo realizado em 1999, pela Fundação Estadual do Meio Ambiente (Fema/MT), atualmente Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema/MT), estimou que as áreas protegidas por reserva legal e as áreas de preservação permanente (APP) correspondiam, considerando apenas os biomas Cerrado e Amazônia no estado de Mato Grosso, a 13,14 milhões de hectares, dos quais 4,22 milhões no Cerrado e 8,92 milhões no Bioma Amazônia, que, somados, equivaliam a 14,5% do território do estado.

Some-se a isso o fato de, tomando-se por base o território nacional, o Pantanal, considerado a maior área úmida continental do planeta, concentrar-se nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma área total de 15,2 milhões de hectares, dos quais 6,3 milhões pertencem a Mato Grosso e 8,9 milhões ao Mato Grosso do Sul, representando 9,49% da área total da Região Centro-Oeste.

De acordo com dados disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente, 86,77% da cobertura vegetal do Bioma Pantanal é nativa, embora venha sendo impactada pela ação humana, em especial, pela atividade agropecuária.

Importante destacar que o Pantanal goza de proteção legal específica,<sup>1</sup> dadas suas fragilidades ambientais e vocações naturais. É reconhecido como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988 e como Patrimônio da Humanidade e Reserva da Biosfera pelas Nações Unidas. A Lei 12.651/12, que instituiu o

---

<sup>1</sup> A Lei 328/82, do estado do Mato Grosso do Sul, por exemplo, proíbe a instalação de usinas de açúcar e álcool no Pantanal. Nesse sentido, também, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), por meio de sua Resolução 1/85, expondo a cautela com que deve ser tratado esse bioma, determinou aos órgãos estaduais de meio ambiente, dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que suspendessem a concessão de licença para a implantação de novas destilarias de álcool nas bacias hidrográficas localizadas no Pantanal mato-grossense, até que o plenário daquele Conselho se posicionasse conclusivamente sobre o assunto.

novo Código Florestal, classifica, como Área de Uso Restrito, os pantanais e as planícies pantaneiras, impondo condições para a exploração ecologicamente sustentável e novas supressões de vegetação nativa nessas áreas.

Entretanto, em que pese essa aparente proteção dada ao Bioma Pantanal pelo novo Código Florestal, esse diploma legal, ao definir o leito da calha regular do rio como parâmetro para a medição das APP, reduziu drasticamente a proteção às áreas úmidas do país.<sup>2</sup>

Importante destacar os inúmeros benefícios da preservação das áreas úmidas, que prestam importantes serviços ambientais, tais como armazenamento e purificação de água, retenção de sedimentos, recarga do nível de água do solo, regulação do clima local e regional e a manutenção de uma grande biodiversidade.

Em fevereiro de 2014, o Senado Federal aprovou um ciclo de debates sobre um marco legal para o Bioma Pantanal, cujo objetivo é auxiliar na construção de uma legislação que assegure a conservação das paisagens e da biodiversidade desse bioma, bem como a manutenção da cultura regional e o desenvolvimento econômico e social da região.

O Bioma Cerrado, diferentemente do Pantanal, não está presente, no Brasil, exclusivamente na Região Centro-Oeste. Além desta, alcança alguns estados das demais regiões do país. Considerado um dos *hotspots*<sup>3</sup> mundiais, o Cerrado possui grande riqueza mineral e é considerado uma das últimas áreas possíveis de expansão da cultura de grãos do planeta.

Apenas 7,44% da área do Cerrado é protegida por unidades de conservação, federais, estaduais e municipais, sendo que, aproxi-

---

<sup>2</sup> Considerando que grande parte das áreas úmidas brasileiras, em função do regime de chuvas sazonais, é submetida a níveis de água variáveis, produzindo um sistema pulsante com períodos de seca e cheia, a definição do leito da calha regular do rio como parâmetro para definição de APP retira a proteção de muitas áreas, consideradas APP sob a ótica da antiga legislação, mas que deixaram de assim o ser.

<sup>3</sup> *Hotspot* é um conceito criado pelo ecólogo inglês Norman Myers, que significa uma área prioritária de conservação.

madamente, 2,91% são protegidas na forma de unidades de conservação de proteção integral, tais como os parques nacionais.

Adicionalmente, o Cerrado, em termos históricos, teve suprimida uma área de 43,6%, até o ano de 2002, e de 47,8%, até o ano de 2008. No período de 2009 a 2010, a taxa anual de desmatamento foi de 0,3%, a maior entre os seis biomas brasileiros.<sup>4</sup>

Por fim, o Bioma Amazônia, que, em extensão, ocupa cerca de 50% do território nacional, abrange, na Região Centro-Oeste, conforme definido pela Portaria 96/2008, do Ministério do Meio Ambiente, alguns municípios do estado de Mato Grosso, representando aproximadamente 54% de seu território. De acordo com os cálculos apresentados pela Nota Técnica 32/2013/DPCD/Secex/MMA, a taxa média de desflorestamento nesse bioma, no período de 2001 a 2010, foi de 16.531 km<sup>2</sup>.

## PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS DA REGIÃO CENTRO-OESTE

Em todas as áreas da Região Centro-Oeste, é possível observar intensas modificações no ambiente natural, provocadas pela prática de sua principal atividade econômica. A introdução da produção em grande escala e de monoculturas exóticas de uso comercial, bem como a forte presença da pecuária na região, resultou na eliminação de vegetação nativa, provocando sérios desequilíbrios, como aumento da emissão de gases de efeito estufa, redução da biodiversidade, contaminação do ambiente natural por agroquímicos, compactação, erosão e perda de fertilidade dos solos, diminuição da qualidade e quantidade de água.

A região lidera em número de cabeças de gado, concentrando cerca de 32% do rebanho nacional, criado sob a forma extensiva, caracterizada pela ocupação de vastas áreas, com baixo nú-

<sup>4</sup> Conforme dados revelados no relatório sobre o monitoramento e mapeamento do desmatamento do Bioma Cerrado, ocorrido no período de 2009 a 2010, divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente em 2011.

mero de gado por hectare, e pelos baixos custos. A necessidade de grandes extensões de terra, associada à extensão do rebanho e sua taxa de expansão, representa uma ameaça cada vez maior aos biomas naturais.

O aumento da eficiência na produção pecuária pode auxiliar na redução de seus impactos ambientais. Ações como adequado confinamento e melhora no alimento oferecido aos animais, adoção de manejo adequado do pasto e suplementação a pasto podem ajudar na conservação dos biomas.

Existem, na região, dois tipos básicos de produção agrícola: (i) pequenas propriedades com lavouras tradicionais (ex.: mandioca e feijão), extrativismo e pecuária leiteira; e (ii) grandes propriedades com monocultura de grãos e pecuária extensiva ou intensiva. Mais recentemente, vem crescendo também a criação de aves e suínos integrados à agroindústria.

Importante aspecto do impacto ambiental negativo das atividades aqui discutidas é a degradação dos recursos hídricos. O uso intensivo do solo, aliado a um manejo inadequado, potencializa um processo natural de erosão e assoreamento dos cursos de água. Associado ao problema da erosão, está o uso de agrotóxicos de maneira inadvertida.

Ademais, intrinsecamente relacionada à agropecuária, a irrigação deve ser considerada sob vários aspectos, como: a eficiência em termos do uso da água, a existência de eficiência econômica, os custos ambientais dessa prática, entre outros.

A Agenda 21 para agricultura brasileira traz à tona muitos desafios que o setor agropecuário terá que enfrentar em relação ao meio ambiente. Os agroecossistemas devem ser gerenciados com base em uma visão sistêmica, em que todos os elementos que interagem sejam utilizados de forma que a racionalidade econômica esteja integrada aos princípios básicos da ecologia.

A perspectiva do esgotamento dos recursos naturais leva, muitas vezes, a transformações técnicas no modo de produção e, conseqüentemente, maiores investimentos necessitam ser realizados.

## O BNDES E O MEIO AMBIENTE

Em 1989, o BNDES criou sua primeira unidade ambiental, cuja atribuição principal foi coordenar o processo de incorporação da variável ambiental nos procedimentos operacionais do Banco.

Também na década de 1980, por meio de intercâmbios com o Banco Mundial e com outros organismos internacionais, o BNDES criou uma linha de financiamento para o apoio a projetos industriais de conservação e recuperação do meio ambiente.

A partir da edição da Lei 6.938/81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, o apoio do BNDES passou a ser condicionado à regularidade ambiental do empreendimento.

Desde então, as atividades do BNDES e a preocupação com o meio ambiente caminharam cada vez mais interligadas.

E, com o vertiginoso aumento da importância da dimensão ambiental em todas as esferas de negócio, notadamente em âmbito internacional, o BNDES, no exercício de seu papel como indutor do desenvolvimento econômico e social do país, foi sendo cada vez mais exigido no tocante a iniciativas que estimulassem a adoção de práticas mais sustentáveis por parte de seus financiados.

Com isso, em 2008, a partir da criação da Área de Meio Ambiente do BNDES,<sup>5</sup> consolidou-se seu compromisso com o desenvolvimento da sociedade brasileira em uma concepção integrada, que inclui, de forma explícita, as dimensões social, regional e ambiental.

Também em 2008, por força do Decreto 6.527, foi autorizada a criação do Fundo Amazônia, a ser constituído por doações em

---

<sup>5</sup> Nesse mesmo ano, o BNDES concluiu o processo de construção de seu planejamento corporativo para os anos 2009-2014, no qual buscou delimitar o escopo de sua atuação e definiu sua missão: promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais.



espécie, destinado à realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável de recursos no bioma amazônico. O referido decreto atribuiu ao BNDES a gestão do Fundo Amazônia, cabendo tal atribuição à Área de Meio Ambiente.

A aplicação dos recursos do Fundo Amazônia é orientada por determinados critérios, regras e diretrizes emanados do Decreto 6.527/2008 e do Comitê Orientador do Fundo Amazônia (COFA).<sup>6</sup>

Em que pese o foco principal do Fundo Amazônia ser o Bioma Amazônia, o Decreto 6.527/2008 permite que 20% de seus recursos sejam aplicados no desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros e em outros países tropicais.

O COFA, ao estabelecer as diretrizes e os critérios para aplicação dos recursos e focos de atuação para o biênio 2013-2014, incluiu entre as prioridades a promoção do processo de regularização ambiental de posses e propriedades rurais, mediante inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), e o fortalecimento de sistemas estaduais de gestão do CAR, visando a sua integração ao Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar).

Imperioso destacar o estabelecimento, pelo BNDES, em 2009, atendendo à demanda da sociedade, de diretrizes a serem cumpridas por seus beneficiários de recursos, a fim de promover a regularização e o aumento da conformidade socioambiental da cadeia produtiva da pecuária bovina. Esse passo consistiu em importante medida para desestimular o avanço do desmatamento e outras degradações socioambientais.

---

<sup>6</sup> De acordo com o estabelecido no Decreto 6.527/2008, cabe ao COFA, composto por representantes do governo federal, da sociedade civil e dos governos dos nove estados da Amazônia Legal, zelar pela fidelidade das iniciativas do Fundo Amazônia ao Plano Amazônia Sustentável (PAS) e ao Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), por meio do estabelecimento de diretrizes e critérios de aplicação dos recursos.

## A atuação da Área de Meio Ambiente na Região Centro-Oeste

Na carteira operacional da Área de Meio Ambiente, constam diversos projetos apoiados na região.

O Fundo Amazônia apoia ações de gestão e recuperação ambientais nos municípios de Carlinda, Marcelândia e Alta Floresta.

O município de Porto dos Gaúchos, também destinatário de recursos do Fundo Amazônia, concluiu, no ano passado, o projeto objeto de apoio, tendo alcançado resultados favoráveis em sua gestão ambiental.

Projeto apresentado pela The Nature Conservancy do Brasil (TNC Brasil), apoiado pelo Fundo Amazônia desde 2010 tem como objetivo implantar um modelo de desenvolvimento econômico pautado na adequação ambiental e na sustentabilidade socioambiental do território, por meio da promoção do CAR e do incentivo aos processos de regularização ambiental de propriedades rurais. Esse projeto inclui em seu escopo os municípios de Campos de Júlio, Cotriguaçu, Juruena, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Sapezal e Tapurah.

Agricultores familiares e a comunidade indígena Terena dos municípios de Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá foram beneficiados pelas ações do projeto, financiado pelo Fundo Amazônia e comandado pelo Instituto Ouro Verde (IOV), que visou promover a recuperação ambiental de 1.200 hectares de áreas degradadas e a revalorização da agricultura familiar por meio da difusão de sistemas agroflorestais, bem como capacitar a comunidade indígena Terena para coletar as sementes que serão utilizadas naqueles sistemas agroflorestais.

Tal projeto foi concluído com êxito e, em 2013, o Fundo Amazônia iniciou o apoio de sua segunda fase, que engloba os agricultores familiares moradores dos municípios de Colíder, Nova Guarita e Nova Santa Helena, além dos municípios abarcados pela fase anterior, com exceção de Matupá.

O estado de Mato Grosso também é beneficiário de recursos do Fundo Amazônia, destinados a apoiar ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrentes de incêndios florestais e queimadas não autorizadas no estado, por meio de capacitação e aquisições de aeronaves, veículos e equipamentos de apoio para a Base de Operações Aéreas e Terrestres do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, localizada na cidade de Sinop.

Além dos projetos citados, outras iniciativas, voltadas a todo o Bioma Amazônia, também incidem sobre parte do estado de Mato Grosso.

A seguir, apresenta-se um resumo dos projetos da Área de Meio Ambiente na Região Centro-Oeste:

#### QUADRO 1 Projetos da Área de Meio Ambiente na Região Centro-Oeste

Projeto	Objetivo	Área de abrangência/resultados esperados
Olhos d'Água da Amazônia	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental, por meio da realização do diagnóstico ambiental e da viabilização do processo de registro das pequenas propriedades rurais no CAR, além de promover ações de fomento à recuperação de APPs degradadas	Município de Alta Floresta/Cadastro de 2.000 pequenas propriedades; recuperação de, aproximadamente, 1.200 nascentes; e implantação de projetos demonstrativos de SAFs em 20 unidades rurais
Olhos d'Água da Amazônia – Fase II	Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis com vistas à regularização ambiental de propriedades rurais de agricultura familiar	Município de Alta Floresta/Capacitação de produtores em SAFs, manejo ecológico de pastagem, piscicultura, meliponicultura e produção agroecológica integrada e sustentável; ampliação da área de manejo de pastagens em 200 hectares; implementação, em três unidades demonstrativas já existentes, de boas práticas da Embrapa para pecuária de corte e aprimoramento da prática do manejo de pastagens para a produção de leite em 17 unidades demonstrativas já existentes; implantação do Programa Guardião de Águas – Pagamento por Serviços Ambientais; isolamento e recuperação de 3.317 hectares de APPs; e realização do georreferenciamento de 1.500 propriedades rurais

continua

continuação

Projeto	Objetivo	Área de abrangência/resultados esperados
<b>Nascentes do Buriti</b>	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental, por meio da estruturação física da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo; e ações de recuperação de APPs degradadas	Município de Carlinda/Fortalecimento da gestão ambiental; ampliação da capacidade de produção do viveiro municipal; e 1.722 hectares de APPs recuperados no entorno de nascentes
<b>Preservar Porto dos Gaúchos</b>	Fortalecer a gestão ambiental municipal, por meio da estruturação física e operacional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	Município de Porto dos Gaúchos/ Fortalecimento das ações de monitoramento e controle, de forma a contornar os problemas ambientais
<b>Recupera Marcelândia</b>	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental e a recuperação de áreas degradadas no entorno de 50 nascentes da sub-bacia do rio Manissauá-Missu	Município de Marcelândia/Fortalecimento das ações de monitoramento e controle; e 157 hectares de APP recuperados no entorno de 50 nascentes degradadas
<b>Sementes do Portal</b>	Promover a recuperação ambiental de áreas degradadas e a revalorização da agricultura familiar, por meio da difusão de sistemas agroflorestais, que combinam o uso sustentável da floresta com geração de renda. Adicionalmente, a comunidade indígena Terena será capacitada a coletar as sementes que serão utilizadas nos sistemas agroflorestais	Municípios de Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Nova Guarita, Nova Canaã do Norte, Terra Nova do Norte e Matupá/Recuperação de 1.200 hectares de APPs e RLs; e implantação de rede de coleta, armazenamento e distribuição de sementes
<b>Sementes do Portal – Fase II</b>	Apoiar a recuperação de áreas degradadas e o fortalecimento da agricultura familiar	Municípios de Apiacás, Alta Floresta, Carlinda, Colíder, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Nova Santa Helena, Terra Nova do Norte/ Comercialização de produtos agroflorestais; captação de recursos para financiamento continuado aos projetos; fortalecimento das casas comunitárias de armazenamento de sementes; formação da equipe técnica e de agricultores familiares em SAFs, tecnologias alternativas, gestão comunitária; implantação de SAF em 1.550 hectares de áreas degradadas; e enriquecimento com espécies de interesse comercial de 400 hectares de plantios de SAFs

continua

continuação

Projeto	Objetivo	Área de abrangência/resultados esperados
<b>Virada Verde</b>	Contribuir para a mobilização dos atores locais, com vistas à adesão ao CAR e monitorar o desmatamento na região	Municípios de Campos de Júlio, Cotriguaçu, Juruena, Nova Mutum, Nova Ubiratan, Sapezal e Tapurah/Adesão ao CAR de, pelo menos, 50% dos proprietários acima de 150 hectares; atualização da base cartográfica e disponibilização de imagens de satélite de alta resolução para, pelo menos, 10 milhões de hectares; inserção de, pelo menos, 20% das propriedades no CAR; criação de portal de cadastro das propriedades para auxiliar no processo de adequação ambiental; e customização de sistema de monitoramento de RL e APP
<b>Bombeiros Florestais do Mato Grosso</b>	Apoiar as ações de monitoramento, prevenção e combate ao desmatamento decorrentes de incêndios florestais e queimadas não autorizadas, por meio de capacitação e aquisições de aeronaves, veículos e equipamentos de apoio para a Base de Operações Aéreas e Terrestres do Corpo de Bombeiros Militar do Estado, localizada na cidade de Sinop	Estado de Mato Grosso/Redução das emissões de gases de efeito estufa
<b>Inventário Florestal Nacional – Amazônia</b>	Implementar o Inventário Florestal no Bioma Amazônia	Bioma Amazônia/Constituição de um sistema de monitoramento florestal capaz de produzir informações sobre recursos florestais da região para fundamentar a formulação, implementação e execução de políticas públicas e projetos de uso e conservação desses recursos
<b>Nova Cartografia Social na Amazônia</b>	Promover o mapeamento social de 27 comunidades do Bioma Amazônia e o fortalecimento da rede de pesquisa envolvida no projeto	Bioma Amazônia/Edição e publicação de 27 fascículos; realização de 12 encontros integradores, com participação de aproximadamente 1.100 pessoas; ampliação da infraestrutura laboratorial da UEA; e capacitação e fixação de pesquisadores na região
<b>ARPA e ARPA Fase 2</b>	Apoiar a criação e a consolidação de UCs no Bioma Amazônia, de forma a assegurar a conservação da biodiversidade e a manutenção dos processos e serviços ecológicos da região	Bioma Amazônia/Criação de novas UCs, abrangendo 13,5 milhões de hectares; e estruturação e consolidação de UCs, abrangendo 31,6 milhões de hectares. A Fase 1 apoiou a criação e consolidação de 43 UCs, totalizando 24 milhões de hectares, além da consolidação de 8,5 milhões de hectares de UCs criadas anteriormente

continua

continuação

Projeto	Objetivo	Área de abrangência/resultados esperados
<b>Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas</b>	Apoiar projetos das organizações Kayapó voltados para atividades produtivas sustentáveis, fortalecimento institucional, prevenção ao desmatamento, conservação da biodiversidade e proteção territorial, por meio da implementação de um mecanismo financeiro e operacional de longo prazo	Comunidades indígenas kayapó (Terra Indígena Capoto-Jarina)/Melhoria da qualidade de vida dos índios kayapó, por meio do desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis; e conservação da floresta e da biodiversidade, em razão da melhoria da capacidade institucional e da proteção da referida comunidade indígena
<b>Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia</b>	Apoiar a realização de chamadas públicas que irão selecionar e financiar projetos socioambientais de pequeno valor voltados para agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais em áreas do Bioma Amazônia	Estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão/Incremento do potencial produtivo das comunidades do bioma Amazônia; redução da pressão da atividade produtiva sobre o desmatamento; e fortalecimento do trabalho em rede das instituições da sociedade civil presentes na região
<b>Programa de Qualificação da Gestão Ambiental</b>	Apoiar o fortalecimento da gestão ambiental em municípios do Bioma Amazônia	Bioma Amazônia/Capacitação em gestão ambiental de servidores e representantes da sociedade civil em, pelo menos, 302 municípios; sensibilização de integrantes das câmaras legislativas para a importância dos temas ambientais; realização de orientações técnico-jurídicas; premiação de municípios que se destaquem na adoção de ações que promovam a preservação ambiental; e compartilhamento de informações visando a promoção da descentralização da gestão ambiental
<b>Fundação Banco do Brasil – Fundo Amazônia</b>	Apoiar projetos que viabilizem o desenvolvimento de atividades produtivas alinhadas à promoção da conservação e do uso sustentável do Bioma Amazônia	Bioma Amazônia/Estruturação de empreendimentos solidários com atividades produtivas próprias da região; reaplicação de tecnologias sociais em diversas áreas; apoio a ações de regularização fundiária e ao licenciamento; e apoio a ações de manejo florestal sustentável, reflorestamento, certificação florestal e recuperação de áreas degradadas
<b>Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia</b>	Desenvolver projeto interdisciplinar de pesquisa sobre os impactos socioeconômicos e ambientais decorrentes da expansão da fronteira econômica da Amazônia	Bioma Amazônia/Produção de indicadores socioambientais para cada mesorregião identificada como mais ameaçada pelo desmatamento; e propositura de estratégias de ação para subsidiar políticas públicas e projetos prioritários para melhorar a governança e gestão das UCs, dos projetos de colonização e assentamento, bem como das demais unidades produtivas

Fonte: BNDES.

## CONCLUSÃO

Os efeitos das mudanças climáticas já são percebidos e sentidos em diversos países e regiões do mundo, sendo urgente a necessidade de implantação e aprimoramento de medidas capazes de diminuir a vulnerabilidade da população e de setores econômicos às variações do clima.

As mudanças no uso da terra, como o desmatamento e a degradação ambiental, provocadas, em grande parte, pela expansão da agropecuária, contribuem significativamente para a piora ambiental e sua continuidade agravará os impactos negativos das alterações climáticas.

O Brasil, nos últimos anos, tem afirmado seu compromisso com a redução das emissões dos gases que causam o efeito estufa. Em 2009, durante a Conferência do Clima das Nações Unidas, realizada em Copenhague, o governo brasileiro anunciou que reduziria, voluntariamente, até 2020, as emissões do Brasil em 36,1% a 38,9%.

Ainda em 2009, a Lei 12.187 instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), cujos objetivos deverão estar em consonância com o desenvolvimento sustentável, a fim de buscar o crescimento econômico, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais.

A referida lei prevê, como um de seus instrumentos, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), criado pela Lei 12.114/2009, visando assegurar recursos para apoio a projetos, estudos e empreendimentos voltados à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e a seus efeitos.

Ao BNDES, foi atribuída a função de agente financeiro do FNMC, responsável pela aplicação de seus recursos em concessão de apoio financeiro reembolsável voltada ao atendimento daquela finalidade. O Ministério do Meio Ambiente é responsável pela aplicação em caráter não reembolsável desses recursos.

Dessa forma, com recursos do FNMC, o BNDES fomenta e apoia projetos destinados a mobilidade urbana, cidades sustentáveis e mudança do clima, máquinas e equipamentos eficientes, energias renováveis, resíduos sólidos, carvão vegetal, combate à desertificação, florestas nativas, gestão e serviços de carbono de projetos inovadores.

Essas e outras medidas lançadas têm alcançado algum grau de efetividade. Segundo informações divulgadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, no relatório de 2013 das estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, a variação de emissão desses gases para o setor de agropecuária foi de 5,2%, no período de 2005 a 2010, índice bastante inferior ao verificado no período de 1995 a 2005, de 23,8%. Já no setor de florestas, o avanço foi ainda mais significativo. No período de 2005 a 2010, a variação foi negativa em 76,1%.

O Fundo Amazônia, por seu notório potencial de contribuir para a preservação e recuperação ambiental, venceu a categoria Alide Verde, do Prêmio Alide 2010 – Buenas Prácticas en las Instituciones Financieras de Desarrollo, organizado pela Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras para o Desenvolvimento.

Conforme já exposto, inobstante o Fundo Amazônia ser direcionado ao Bioma Amazônia, outros biomas brasileiros podem ser beneficiados com até 20% de seus recursos, desde que destinados a ações de desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento.

Ademais, devem ser estudadas iniciativas voltadas à restauração dos variados biomas, a exemplo da Iniciativa BNDES Mata Atlântica, lançada em 2009, com o objetivo de apoiar projetos de restauro desse bioma.



## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. H. S. P. *Análise econômico-ambiental da intensificação da pecuária de corte no Centro-Oeste brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, 2010. Piracicaba: USP, 2010.

BNDES – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Relatório anual de atividades do Fundo Amazônia, 2009*. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. *Relatório anual de atividades do Fundo Amazônia, 2012*. Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Pantanal*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biomas/pantanal>>. Acesso em: 22 mai. 2014.

ESTADO DE MATO GROSSO. *Vantagens e desvantagens comparativas da Região Centro-Oeste em função da Legislação Ambiental*. Cuiabá, 2006. Disponível em: <[http://www.sefaz.mt.gov.br/portal/subPages/PDF/Vantagens\\_e\\_Desvantagens\\_Comparativas\\_da\\_Regiao\\_Centro-Oeste.pdf](http://www.sefaz.mt.gov.br/portal/subPages/PDF/Vantagens_e_Desvantagens_Comparativas_da_Regiao_Centro-Oeste.pdf)>. Acesso em: 22 mai. 2014.

HOGAN, D. J. (coord.). Um breve perfil ambiental da Região Centro-Oeste. Disponível em: <[http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/migracao\\_centro/03pronex\\_06\\_Um\\_Breve\\_Perfil.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/migracao_centro/03pronex_06_Um_Breve_Perfil.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2014.

MUELLER, C. C. Centro-Oeste: evolução, situação atual e perspectivas de desenvolvimento sustentável. In: VELLOSO, J. P. R. *A ecologia e o novo padrão de desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Nobel, 1991.

VERDESIO, J. J. As perspectivas ambientais do cerrado brasileiro. In: PINTO, M. N. *Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas*, 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

WWF – WORLD WILDLIFE FUND. *Análise dos impactos ambientais da atividade agropecuária no Cerrado e suas inter-relações com os recursos hídricos na região do Pantanal*. Brasília, 2003. Disponível em: <[http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/wwf\\_brasil\\_impactos\\_atividade\\_agropecuaria\\_cerrado\\_pantanal.pdf](http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/wwf_brasil_impactos_atividade_agropecuaria_cerrado_pantanal.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2014.